

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

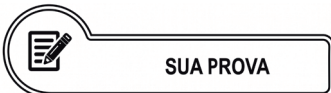
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ (DETRAN/PI),
FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ (TV ANTARES) E SECRETARIA
DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (SASC)
EDITAL Nº 02/2026

NÍVEL SUPERIOR

02112 – AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS - AGENTE SOCIOEDUCATIVO
– GÊNERO MASCULINO – TIPO A

Frase: **A transparência legitima a administração.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

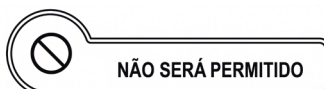
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Halden, a utopia

Uma cadeia que impressionaria estrangeiros é a de Halden, no sul da Noruega, perto da fronteira com a Suécia.

Em 2014, uma TV finlandesa levou o ex-diretor de prisões de Nova York, James Conway, a uma visita a Halden.

“Não acho que seja possível ser mais progressista e liberal, a não ser que entreguem as chaves da prisão aos presos”, foi sua avaliação após conhecer o lugar.

O programa de TV mostra a oficina onde os presos trabalham, cheia de serras e de objetos metálicos, além de facas afiadas que ficam na cozinha.

“Não é preciso mais fazer um bolo para levar esses objetos para uma prisão”, brinca Conway.

No estúdio musical - onde há guitarras, teclados e uma bateria -, o funcionário americano se pergunta se não é um pouco “além do limite” oferecer todas essas comodidades aos condenados.

“Isso é a utopia das prisões. É a melhor prisão que possa imaginar, caso seja um detento, claro”, acrescentou.

Mesmo que seja uma prisão de segurança máxima, rodeada por um muro, Halden está longe de ser um presídio convencional. E a maioria dos prisioneiros noruegueses vivem, ao menos no começo de suas condenações, em instalações que a maioria reconheceria como cadeias: espaços com grades nas janelas em que os prisioneiros passam a maior parte do dia fechados em celas.

Reabilitação

“A maioria dos presos começa a cumprir suas penas em prisões de alta segurança”, explicou Jan-Erik Sandlie, subdiretor do sistema prisional da Noruega.

“Logo se considera uma transferência a uma prisão de menor segurança, com a ideia de criar uma transição gradual da prisão à liberdade”, acrescentou.

E até o final da sentença os presos também podem ser transferidos a casas de adaptação, que permitem uma existência mais parecida com a vida normal. Nesta fase os detentos podem ter algumas “concessões”, como viagens para casa.

“Queremos que todos os presos tenham a maior preparação possível para uma vida comum quando sejam colocados em liberdade”, disse Tom Eberhardt, da prisão de Bastoey.

Críticas

O sistema tem sido alvo de críticas, pois muitos o consideram demasiadamente brando. Mas é difícil argumentar que não funcione.

Quando os presos deixam a cadeia, a maioria se mantém fora das grades. A taxa de reincidência criminal na Noruega é de 20%, a mais baixa do mundo.

Em outros países, como o Reino Unido, chega a 46%, e nos EUA, 76% das pessoas que deixam a prisão voltam nos cinco anos seguintes.

Há ainda a economia que significa não ter tantas pessoas em cadeias.

“Autoridades dos EUA e do Reino Unido talvez deveriam se perguntar o que aconteceu com milhões de dólares e de libras esterlinas que gastaram trancando gente atrás de todas essas cercas e muros”, afirmou Eberhardt.

Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160317_prisoas_noruega_tg.

Acesso em: 8 jul. 2026. Adaptado.

1. O título do texto “Halden: a utopia” justifica-se, pois o estilo da prisão norueguesa é:

- (A) Iníquo.
- (B) Idílico.
- (C) Distópico.
- (D) Anacrônico.

2. “**Queremos** que todos os presos tenham a maior preparação possível para uma vida comum [...]”

Considerando o emprego do verbo destacado no período antecedente e seu efeito de sentido produzido no discurso, assinale a alternativa correta a seguir.

- (A) O verbo “queremos” estabelece uma modalização desiderativa, pois manifesta a aspiração do enunciador em relação a uma determinada realidade.
- (B) O verbo “queremos” estabelece uma modalização epistêmica, visto que indica a certeza do enunciador de que todos os presos terão uma preparação adequada.
- (C) O verbo “queremos” estabelece uma modalização deôntica, uma vez que expressa uma norma a qual determina a preparação de todos os presos para a reintegração social.
- (D) O verbo “queremos” estabelece uma modalização avaliativa, já que deixa implícito um julgamento negativo sobre a situação dos presos em relação à responsabilidade do poder público.

3. “E a maioria dos prisioneiros noruegueses vivem, ao menos no começo de suas condenações, em instalações que a maioria reconheceria como cadeias (1): espaços com grades nas janelas em que os prisioneiros passam a maior parte do dia fechados em celas (2).”

Na passagem em análise, o trecho 1, em relação ao trecho 2, atribui ao excerto uma coesão do tipo:

- (A) Dêitica.
- (B) Elíptica.
- (C) Anafórica.
- (D) Catafórica.

4. Aponte o trecho demarcado dentre os itens a seguir que apresenta a mesma função sintática da oração destacada em “Uma cadeia que impressionaria estrangeiros é a de Halden”.

- (A) “[...] uma TV finlandesa levou o ex-diretor de prisões de Nova York, James Conway, a uma visita a Halden.”
- (B) “Não acho que seja possível ser mais progressista e liberal.”
- (C) “A maioria dos presos começa a cumprir suas penas em prisões de alta segurança.”
- (D) “Queremos que todos os presos tenham a maior preparação possível para uma vida comum quando sejam colocados em liberdade.”

5. “O programa de TV mostra a oficina onde os presos trabalham, cheia de serras e de objetos metálicos, além de facas afiadas que ficam na cozinha.”

As funções desempenhadas pelos vocábulos enumerados, no excerto anterior, são de:

- (A) Advérbios em 1 e em 2.
- (B) Pronomes em 1 e em 2.
- (C) Pronome em 1, e de advérbio em 2.
- (D) Advérbio em 1, e de pronome em 2.

6. “Mesmo que seja uma prisão de segurança máxima, Halden está longe de ser um presídio convencional.”

A oração ressaltada, no período em evidência, tem a mesma equivalência sintático-semântica da oração realçada na estrutura da alternativa:

- (A) Malgrado ser uma prisão de segurança máxima, Halden está longe de ser um presídio convencional.
- (B) Porquanto seja uma prisão de segurança máxima, Halden está longe de ser um presídio convencional.
- (C) Consoante seja uma prisão de segurança máxima, Halden está longe de ser um presídio convencional.
- (D) Halden é uma prisão de segurança máxima, de modo que está longe de ser um presídio convencional.

7. “[...] o funcionário americano se pergunta se não é um pouco ‘além do limite’ oferecer todas essas comodidades aos condenados.”

No contexto discursivo em que se insere, a regência do verbo destacado é:

- (A) Transitiva indireta, em que o trecho aos condenados se trata de seu objeto indireto.
- (B) Transitiva direta, em que o trecho todas essas comodidades aos condenados se trata de seu objeto direto.
- (C) Bitransitiva, em que todas essas comodidades se trata de seu objeto direto, e aos condenados é seu objeto indireto.
- (D) Transitiva direta, em que o trecho todas essas comodidades se trata de seu objeto direto, e o trecho aos condenados, por sua vez, é complemento nominal do termo comodidades.

8. “O sistema tem sido alvo de críticas, pois muitos o consideram demasiadamente brando.”

Nesse contexto, a palavra brando desempenha função sintática de:

- (A) Adjunto adverbial.
- (B) Adjunto adnominal.
- (C) Complemento nominal.
- (D) Predicativo do objeto.

Noções de Informática

9. Em um programa de modernização administrativa, uma equipe passou a utilizar assistentes baseados em inteligência artificial para elaborar minutas de documentos internos, sintetizar informações e organizar dados administrativos. Durante a fase de treinamento, observou-se que determinadas formas de elaboração das solicitações produziam respostas mais consistentes e reduziam a necessidade de ajustes posteriores, reduzindo a necessidade de retrabalho e aumentando a padronização das entregas.

Com base nos conceitos relacionados às técnicas de prompts aplicadas a sistemas de inteligência artificial, identifica-se a(o):

- (A) utilização de instruções que definem contexto, finalidade, restrições e formato da resposta, favorecendo resultados mais consistentes e adequados à tarefa proposta.
- (B) substituição da validação humana por respostas produzidas automaticamente, tornando desnecessária a conferência das informações geradas pelo sistema.
- (C) emprego de solicitações propositalmente genéricas para ampliar a criatividade do sistema em atividades que exigem elevado grau de precisão documental.
- (D) processamento exclusivo de informações previamente armazenadas no equipamento local, independentemente da forma como o comando é estruturado.

10. Um setor responsável pelo acompanhamento de indicadores institucionais passou a consolidar, periodicamente, informações provenientes de diferentes órgãos públicos em planilhas eletrônicas. Como esses conjuntos de informações eram produzidos por sistemas distintos e possuíam estruturas variadas, tornou-se necessário adotar procedimentos capazes de organizar os dados de forma padronizada, preservando a confiabilidade das análises realizadas pela equipe.

Considerando os recursos disponíveis no Microsoft Excel M365 para obtenção e classificação de dados externos, identifica-se a(o):

- (A) criação de referências cruzadas por meio de hiperlinks internos, permitindo que alterações efetuadas na planilha sejam automaticamente replicadas nas bases de dados externas.
- (B) utilização de recursos de importação e atualização de dados externos, possibilitando reaproveitar etapas de transformação e classificação sempre que a origem for atualizada.
- (C) conversão automática de intervalos em apresentações do PowerPoint, preservando vínculos permanentes entre gráficos, tabelas e arquivos provenientes de qualquer origem.
- (D) armazenamento definitivo das consultas importadas na área de transferência do sistema operacional, assegurando a sincronização das alterações realizadas em diferentes computadores.

11. Durante a tramitação de um procedimento administrativo, um agente socioeducativo precisou encaminhar, por correio eletrônico institucional, documentação digital produzida em diferentes setores da unidade. Como os arquivos haviam sido gerados por aplicativos distintos e possuíam características próprias, tornou-se necessário observar as funcionalidades disponibilizadas pelo serviço de correio eletrônico para realizar o compartilhamento das informações.

Considerando o uso do correio eletrônico e a anexação de arquivos, identifica-se a(o):

- (A) inclusão automática de qualquer arquivo na mensagem, independentemente do limite de tamanho definido pelo serviço de correio eletrônico utilizado.
- (B) incorporação permanente do conteúdo do arquivo ao corpo da mensagem, eliminando a necessidade de armazenamento do documento pelo destinatário.
- (C) conversão obrigatória de todos os arquivos anexados para o formato PDF antes do envio, independentemente do tipo de documento originalmente produzido.
- (D) possibilidade de anexar arquivos de diferentes formatos, observadas as restrições de tamanho e as políticas estabelecidas pelo serviço de correio eletrônico utilizado.

12. Durante uma auditoria interna em uma unidade administrativa, verificou-se que documentos eletrônicos essenciais às atividades do setor eram armazenados apenas nos computadores utilizados pelos servidores. Após um incidente envolvendo falha física em um dispositivo de armazenamento, a equipe revisou seus procedimentos de proteção das informações e a instituição revisou sua política de proteção das informações, buscando reduzir impactos decorrentes de incidentes envolvendo perda de dados.

Considerando os procedimentos de segurança da informação relacionados à realização de backups, identifica-se a(o):

- (A) substituição permanente dos arquivos originais pelas cópias de segurança, reduzindo a necessidade de armazenamento em diferentes locais.
- (B) utilização exclusiva de programas antivírus como mecanismo suficiente para assegurar a recuperação das informações após falhas em dispositivos de armazenamento.
- (C) execução de cópias de segurança em intervalos planejados, preferencialmente com armazenamento em mídia ou local distinto daquele onde permanecem os dados originais.
- (D) gravação de sucessivas versões dos arquivos na área de transferência do sistema operacional, permitindo a restauração automática em qualquer equipamento.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

13. O Piauí possuía 3.271.199 habitantes no Censo Demográfico de 2022, distribuídos por uma área territorial superior a 251 mil km² e apresentava densidade demográfica de 12,99 habitantes por quilômetro quadrado. Considerando conjuntamente esses indicadores, assinale a alternativa que apresenta uma interpretação correta da ocupação territorial do estado.

- (A) A extensão territorial e o contingente populacional resultam em distribuição espacial marcada por reduzida densidade média, indicador que não pressupõe repartição uniforme dos habitantes entre os municípios.
- (B) A relação entre área e população demonstra equilíbrio na ocupação do território, pois a densidade estadual expressa a concentração predominante dos habitantes em municípios de extensão semelhante.
- (C) A densidade registrada decorre do reduzido contingente populacional das áreas urbanas, que mantêm participação secundária na organização demográfica do estado.
- (D) A dimensão territorial determina uma distribuição populacional dispersa, fazendo com que os municípios piauienses apresentem densidades próximas à média estadual.

14. Na Divisão Regional do Brasil de 2017, o IBGE adotou as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias para interpretar as articulações territoriais estabelecidas entre municípios. Aplicada ao Piauí, essa regionalização permite analisar a organização do espaço estadual a partir:

- (A) Da equivalência administrativa entre municípios que apresentam densidades demográficas e extensões territoriais próximas.
- (B) Da formação histórica dos municípios, utilizada para agrupar localidades derivadas de uma mesma unidade administrativa original.
- (C) Das relações da rede urbana e dos fluxos de pessoas, serviços, informações e funções exercidas pelos centros urbanos.
- (D) Da continuidade das paisagens naturais, considerada como elemento central para delimitar áreas economicamente integradas.

15. As Regiões Geográficas Imediatas são estruturadas a partir das relações cotidianas estabelecidas entre a população e os centros urbanos próximos. Considerando esse critério de regionalização na análise do território piauiense, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dinâmica capaz de participar da definição dessas regiões.

- (A) A vinculação dos municípios às capitais estaduais responsáveis pela oferta de funções administrativas e serviços de alta complexidade.
- (B) O deslocamento da população em busca de compras, trabalho, educação, saúde e serviços públicos oferecidos por centros urbanos próximos.
- (C) A integração das atividades produtivas municipais às cadeias econômicas que estabelecem relações comerciais entre diferentes estados.
- (D) O agrupamento de cidades segundo a correspondência entre seus limites administrativos e as áreas históricas de formação territorial.

16. A trajetória histórica de Oeiras está diretamente relacionada à organização político-territorial do Piauí. A antiga Vila de Mocha foi elevada à categoria de cidade em 1761, ocasião em que passou a adotar a denominação de Oeiras, permanecendo como capital da antiga província até 1852. Considerando esse processo histórico, assinale a alternativa que caracteriza corretamente a trajetória político-territorial do município.

- (A) A condição de capital resultou da criação de Oeiras em 1852, quando a cidade recebeu funções administrativas anteriormente exercidas por Mocha.
- (B) A alteração do nome municipal acompanhou a transferência da capital provincial, permitindo a reorganização administrativa do território em torno de outro núcleo urbano.
- (C) A elevação de Mocha à condição de cidade ocorreu após sua substituição como capital, consolidando Oeiras como município administrativamente autônomo.
- (D) A trajetória de Oeiras reúne mudanças de categoria e denominação anteriores à perda da função de capital provincial, ocorrida no século XIX.

Legislação e Ética no Serviço Público

17. Na prática, a aplicação da ética na administração pública orienta a conduta do agente público para garantir que o interesse coletivo prevaleça sobre interesses privados. Tal atuação é baseada nos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, servindo como pilar para a transparência e a confiança da sociedade no Estado. Assim, o princípio no qual o agente público só pode fazer o que a lei permite ou determina, atuando sempre em estrita conformidade com as normas vigentes é corretamente definido como:

- (A) Impessoalidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Eficiência.

18. Define a Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), que às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas, corretamente:

- (A) No mínimo uma vaga e no máximo metade das vagas oferecidas no concurso, na forma disciplinada em decreto estadual.
- (B) No mínimo 15% (quinze por cento) e no máximo 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso, na forma disciplinada em decreto estadual.
- (C) No mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso, na forma disciplinada em decreto estadual.
- (D) No mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 25% (vinte e cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, na forma disciplinada em decreto estadual.

19. Aduz a Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989, que se incluem entre os bens do Estado apenas o que se afirma em:

- (A) As terras devolutas, sem ressalvas.
- (B) As áreas, nas ilhas costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas apenas aquelas sob domínio da União.
- (C) As ilhas fluviais e os rios localizados em seu território.
- (D) O imóvel abandonado e arrecadado como vago, dez anos depois, quando se tratar de imóvel rural, ou três anos depois, quando se tratar de imóvel urbano.

20. Define a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que o relatório de impacto à proteção de dados pessoais será corretamente definido como:

- (A) Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
- (B) Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
- (C) Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- (D) Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A socioeducação refere-se ao conjunto de ações pedagógicas, jurídicas e sociais destinadas a adolescentes em conflito com a lei. Reconhecendo o adolescente como sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, a socioeducação fundamenta-se na(o):

- (A) Princípio jurídico e seletivo.
- (B) Doutrina de Proteção Integral.
- (C) Doutrina da Situação Irregular.
- (D) Sistema penal.

22. Organiza e regulamenta a execução dessas medidas, definindo princípios, regras e diretrizes para o atendimento socioeducativo. Regulamenta a execução de medidas socioeducativas para adolescentes que cometem atos infracionais. A descrição apresenta corretamente o(a):

- (A) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- (B) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
- (C) Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- (D) Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

23. Deve constituir-se em oportunidade de acesso a direitos e de desenvolvimento pessoal e social do adolescente, não se restringindo a um caráter sancionatório. Geralmente executadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), mantêm o jovem junto à família e à comunidade. A descrição apresenta corretamente o(a):

- (A) Abordagem social.
- (B) Liberdade assistida.
- (C) Medida socioeducativa.
- (D) Acolhimento institucional.

24. É aplicada a jovens que cometeram atos infracionais, sem retirá-los do convívio familiar e comunitário. Tem duração mínima de 6 meses, podendo ser prorrogada, substituída ou revogada dependendo da evolução do caso. A descrição apresenta corretamente o(a):

- (A) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- (B) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
- (C) Prestação de Serviços à Comunidade.
- (D) Liberdade Assistida.

25. A ética no serviço público é o conjunto de princípios e valores morais que orienta a conduta do agente público. A proibição de qualquer tipo de favorecimento ou discriminação, tendo em vista que todos os usuários do serviço público têm o mesmo direito de serem atendidos e terem suas demandas analisadas, sem privilégios ou preconceitos, refere-se corretamente à(ao):

- (A) Impessoalidade.
- (B) Decoro.
- (C) Imparcialidade.
- (D) Zelo e Eficiência.

26. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, organiza a assistência social como uma política pública integrante da Seguridade Social, garantindo proteção social às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Para isso, a política organiza os serviços em dois níveis de proteção. O nível que previne situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e volta-se à prevenção de situações de risco social refere-se à:

- (A) Proteção Social Básica.
- (B) Proteção Social Especial.
- (C) Atenção Primária.
- (D) Proteção integral.

27. As Regras de Beijing são as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. São um instrumento internacional da ONU que orienta a administração da justiça juvenil. Sobre o tema, pressupõe-se corretamente que:

- (A) É o principal marco legal brasileiro que institui a proteção integral e garante direitos fundamentais a pessoas de até 18 anos.
- (B) Reconhece a infância e a juventude como sujeitos de direitos e prioridade absoluta, exigindo que família, sociedade e Estado assegurem direitos pelo Estado brasileiro.
- (C) Determina que os direitos e necessidades de crianças e adolescentes devem vir em primeiro lugar na formulação de políticas públicas, destinação de recursos e no atendimento em serviços essenciais no Brasil.
- (D) As regras orientam a atuação da justiça juvenil, defendendo que adolescentes sejam tratados com respeito à sua dignidade e aos seus direitos fundamentais.

28. Sobre as Regras de Beijing, adotadas pela ONU em 1985, as quais estabelecem determinadas diretrizes globais, devemos observar corretamente que:

- (A) Determinam que todo adolescente que comete ato infracional deve ser privado de liberdade.
- (B) Garantem o benefício de 1 salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência em situação de pobreza.
- (C) Amparam crianças e adolescentes, promovem a integração ao mercado de trabalho e reabilitam pessoas com deficiência.
- (D) Traz que a privação de liberdade deve ser utilizada apenas como medida de último recurso e pelo menor tempo possível.

29. A Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014, institui e define as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, definindo responsabilidades dos entes federativos. Sobre o tema, devemos observar corretamente que:

- (A) A portaria atende às pessoas com deficiência e promove sua integração à vida comunitária.
- (B) A portaria ampara a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
- (C) Contempla adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade, internação provisória e internação.
- (D) Aplica-se apenas aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado, excluindo aqueles em meio aberto.

30. Acerca da Portaria GM/MS nº 1.082, de 23 de maio de 2014, devemos observar corretamente que o atendimento é voltado:

- (A) Exclusivamente para adolescentes entre 12 e 18 anos.
- (B) Para adolescentes entre 12 e 18 anos, podendo ser estendido até os 21 anos em casos específicos.
- (C) Para jovens de até 21 anos, conforme a legislação de cada estado.
- (D) Para jovens de até 21 anos, quando estes permanecem em cumprimento de medida socioeducativa iniciada antes dos 12 anos.

31. A Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, é uma norma do Ministério da Saúde que consolida as regras sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Especificamente, o seu Anexo XVII institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI). Sobre isso, é correto afirmar que:

- (A) Contempla adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade, internação provisória e internação, e assegura atenção integral à saúde.
- (B) O objetivo principal não é punir, mas criar barreiras de proteção para evitar que crianças e adolescentes fiquem expostos a situações de risco, violência, consumo de álcool ou conteúdos inadequados para sua idade.
- (C) Sua função principal é regulamentar e fiscalizar a entrada e a permanência de crianças e adolescentes em determinados locais públicos ou eventos, visando a sua proteção integral.
- (D) Ao emitir a portaria, o juiz deve considerar as peculiaridades locais, a existência de instalações adequadas, o tipo de frequência do lugar e a natureza do espetáculo.

32. Os direitos da população LGBTQIA+ e a igualdade nas relações étnico-raciais são garantias fundamentais, temas de fundamental importância para a atuação nas políticas públicas. Assim, o profissional que atua na lógica da garantia de direitos, deve apreender determinados conteúdos e questões. Sobre o tema, devemos observar corretamente que:

- (A) Atos de homofobia e transfobia são enquadrados na Lei de Racismo, resultando em pena de medidas socioeducativas. Ofensas contra a comunidade também podem ser tipificadas como injúria racial, a depender da avaliação.
- (B) A Lei do Racismo foi alterada pelo Congresso Nacional para incluir expressamente os crimes de homofobia e transfobia. Ofensas contra a comunidade também podem ser tipificadas como injúria racial, a depender da avaliação.
- (C) A Constituição Federal de 1988 garante a igualdade de todas as pessoas perante a lei e veda qualquer forma de discriminação, e o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a homofobia e a transfobia devem ser enquadradas nos crimes previstos na Lei do Racismo, enquanto o Congresso Nacional não editar legislação específica sobre o tema.
- (D) A Constituição Federal de 1988 não trata da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, e o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a homofobia e a transfobia não configuram crime e devem ser tratadas apenas na esfera administrativa.

33. As políticas públicas de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e inclusão social são ações desenvolvidas pelo Estado para garantir direitos fundamentais e promover o desenvolvimento integral da população. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) A educação, a cultura, o esporte, o lazer e a profissionalização são direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- (B) A Lei Orgânica da Assistência Social trata de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e inclusão social.
- (C) A educação, a cultura, o esporte, o lazer e a profissionalização são benefícios facultativos, não sendo considerados direitos garantidos pela Constituição Federal.
- (D) As políticas públicas de educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização destinam-se exclusivamente aos adolescentes que cometeram ato infracional.

34. A intersetorialidade é a articulação de diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, para planejar e executar ações conjuntas. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) A intersetorialidade consiste na integração de múltiplas áreas do conhecimento para compreender um tema ou resolver um problema complexo, buscando transcender as disciplinas tradicionais para criar um conhecimento holístico.
- (B) A intersetorialidade consiste na atuação independente de cada política pública, sem necessidade de articulação entre os diferentes setores.
- (C) A intersetorialidade é um princípio exclusivo da política de saúde e não se aplica às áreas de educação, assistência social ou justiça.
- (D) A principal premissa da intersetorialidade é o reconhecimento da incompletude das políticas setoriais. Assim, considera-se que nenhuma política pública, isoladamente, é capaz de atender todas as necessidades.

35. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988 e orienta a proteção dos Direitos Humanos no Brasil. Ao mesmo tempo, sabe-se que os direitos humanos têm a sua gênese no documento que foi criado como um marco global para proteger a dignidade, a liberdade e a igualdade de todas as pessoas, que se trata:

- (A) Das Convenções de Genebra de 1949.
- (B) Da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948.
- (C) Da Convenção sobre os Direitos da Criança 1989.
- (D) Da Carta das Nações Unidas de 1945.

36. As Diretrizes de Riad (1990) são um conjunto de princípios da ONU para a prevenção da delinquência juvenil. Sobre o tema, devemos observar corretamente que:

- (A) Focam na privação de liberdade para o enfrentamento da questão social e da violência juvenil.
- (B) Estabelecem que a prevenção da delinquência juvenil deve ocorrer prioritariamente por meio da aplicação de medidas repressivas.
- (C) Priorizam políticas preventivas e propõem uma abordagem holística, focando no bem-estar desde a infância.
- (D) Destinam-se apenas aos adolescentes que já cometeram ato infracional.

37. As Diretrizes de Riad foram aprovadas pela Assembleia Geral da ONU em 14 de dezembro de 1990, por meio da Resolução nº 45/112. Pressupõe-se corretamente que essas diretrizes:

- (A) Funcionam como um guia de orientação social para os Estados-Membros, sem caráter de lei obrigatória (não vinculante).
- (B) Funcionam como um guia de orientação social para os Estados-Membros, com caráter de lei obrigatória (vinculante).
- (C) Possuem força de lei internacional obrigatória, mas sem força de aplicar penalidades aos Estados que não as cumprirem.
- (D) Possuem força de lei internacional obrigatória, impondo sanções automáticas aos Estados que não as cumprirem.

38. Diversidade, equidade e inclusão são princípios que orientam a construção de ambientes mais justos, respeitosos e igualitários, fundamentais nos processos de trabalho nas políticas públicas. Sobre eles, é correto afirmar que:

- (A) São conceitos complementares que promovem o respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades e a participação.
- (B) São conceitos independentes e não possuem relação com a promoção da igualdade de oportunidades ou da participação social.
- (C) Tem prioridade nas agendas políticas, sendo incorporadas naturalmente em qualquer serviço público.
- (D) Possibilitam fazer com que a sociedade brasileira supere as desigualdades sociais.

39. A reintegração familiar é o processo gradativo e acompanhado para o retorno de crianças e adolescentes aos seus lares de origem. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) É uma medida definitiva, podendo a criança ou o adolescente permanecer na instituição por tempo indeterminado.
- (B) É baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e busca garantir que crianças e adolescentes cresçam, preferencialmente, em sua família de origem e em sua comunidade.
- (C) É baseada nos termos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Conselhos Tutelares e suas respectivas legislações na instabilidade do lar.
- (D) Prioriza a institucionalização em detrimento da convivência familiar e comunitária.

40. Tem enorme significado a recente alteração feita no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que estabelece aos pais a obrigação de prestar assistência afetiva aos filhos. Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva:

- (A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública e preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (B) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- (C) Fornecimento de auxílio financeiro à criança ou ao adolescente, sem envolver apoio emocional, convivência familiar ou acompanhamento e atendimento psicológico realizado por profissionais da saúde, não abrangendo a participação da família, dos responsáveis ou da comunidade.
- (D) Orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais, solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade e presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá conter o limite máximo de **30 (tinta) linhas** efetivamente escritas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- As provas discursivas serão compostas, para todos os cargos/especialidades, por 01 (uma) questão prática, sob a forma de estudo de caso, relacionada às atribuições do respectivo cargo/especialidade e aos conteúdos específicos constantes do Anexo II do Edital.
- O candidato deverá apresentar solução fundamentada para a situação-problema proposta, em texto dissertativo.

Durante o atendimento a um adolescente autor de ato infracional, parte da equipe defendeu a adoção de uma resposta punitiva, fundamentada na concepção do "menor infrator". Em contrapartida, outros profissionais sustentaram que a intervenção deveria observar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assegurando a responsabilização em consonância com o caráter socioeducativo das medidas previstas na legislação. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reflita sobre a garantia da proteção integral e explique como seus princípios devem orientar a atuação dos profissionais no atendimento ao adolescente. Elabore um texto dissertativo, observando o limite máximo de 30 linhas efetivamente escritas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	